



Presidente do TSE, Edson Fachin cobra manifestação do chefe do Executivo sobre a reunião com embaixadores estrangeiros em que atacou o sistema de votação do país. Decisão do ministro atende a ações de partidos da oposição

Bolsonaro tem cinco dias para se explicar

» LUANA PATRIOLINO

O presidente Jair Bolsonaro e o PL têm cinco dias para se manifestar sobre as declarações do chefe do Executivo na reunião com os embaixadores estrangeiros, na qual ele tentou desacreditar as urnas eletrônicas. A decisão é do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, atendendo a ação protocolada pelo PDT.

O partido ainda pediu que o Facebook e o Instagram retirem os vídeos da reunião das páginas do presidente. A sigla requer, ainda, que a plataforma, o PL e Bolsonaro sejam multados "em patamar máximo" por propaganda eleitoral antecipada.

"A divulgação de fato sabidamente inverídico atinge a integridade do processo eleitoral, os processos de votação, apuração e totalização de votos", argumentou o PDT.

Uma ação também foi protocolada pelo PT na última terça-feira, com esse mesmo indicativo. O partido pediu que o TSE derrube os vídeos da reunião de Bolsonaro com os embaixadores. O material está salvo nas redes sociais do chefe do Executivo e no canal oficial da TV Brasil no YouTube.

A legenda alega desinformação e propaganda antecipada e diz que o presidente buscou promoção pessoal visando às eleições, pois Bolsonaro exibiu imagens das motocicletas que vem promovendo em todo país. Já a Rede e o PCdoB pedem que o conteúdo seja retirado do YouTube.

O Correio entrou em contato com a Presidência da República e com o PL, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

"Basta"

A reunião, realizada na última segunda-feira, ocorreu no Palácio da Alvorada. Na ocasião, Bolsonaro atacou a Justiça Eleitoral e a integridade das urnas. O chefe do Executivo repetiu notícias falsas sobre o processo eleitoral e, mais uma vez, acusou, sem provas, os magistrados de tentarem "desestabilizar" o seu governo.

Saiba mais

Prática de desinformação

No documento em que fixou prazo para o presidente Jair Bolsonaro e o PL se manifestarem sobre a reunião com embaixadores, o presidente do TSE, Edson Fachin, registrou que "os fatos retratados" pelos partidos "indicam que a aduzida prática de desinformação volta-se contra a lisura e confiabilidade do processo eleitoral, marcadamente, das urnas eletrônicas".

Sobre propaganda eleitoral antecipada, alegada pelos partidos que entraram com ações — PDT, PT, Rede e PCdoB, Fachin afirmou que há questões processuais, como a inexistência de registro de candidatura de Bolsonaro, que precisam ser discutidas. Destacou, ainda, que Rede e PCdoB fazem parte de federações diferentes e é preciso averiguar "se há legitimidade ativa para que partidos políticos federados atuem isoladamente".

Após os ataques, Fachin mandou recados duros a Bolsonaro. O magistrado disse que estão tentando "sequestrar a opinião pública" e que é hora de "dizer um basta à desinformação e ao populismo autoritário".

Fachin disse que há um "inaceitável negacionismo eleitoral" e reiterou não existir nenhum indício de fraude nas urnas eletrônicas. "A Justiça Eleitoral está preparada e conduzirá a eleição de 2022 de forma limpa e transparente. Como vem fazendo nos últimos 90 anos. E nos últimos 26 anos de forma eletrônica para votação", afirmou na ocasião. "Há um inaceitável negacionismo eleitoral por parte de uma personalidade importante dentro de um país democrático, e é muito grave a acusação de fraude (má fé) a uma instituição, mais uma vez, sem apresentar provas", acrescentou.

Marcelo Ferrera/CB/D.A Press



Fachin: fatos "indicam que a aduzida prática de desinformação volta-se contra a lisura e confiabilidade do processo eleitoral"

Pedido para convocar CGU e AGU

O deputado Rogério Correia (PT-MG) apresentou um requerimento à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara, para ouvir os chefes da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Advocacia-Geral da União (AGU). Reportagem do Estadão mostrou que ambos colocaram as estruturas dos órgãos em defesa da tese do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o sistema eleitoral.

Wagner Rosário, da CGU, e Bruno Bianco, da AGU, estiveram na reunião de Bolsonaro com embaixadores no Palácio da Alvorada. Na ocasião, o presidente atacou o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE), o Supremo Tribunal Federal (STF) e as urnas eletrônicas, sem provas. Poucos foram os ministros convidados. Rosário e Bianco sentaram-se nas primeiras filas.

A Câmara está em recesso e volta em 1º de agosto. A expectativa do deputado é de que o requerimento seja apreciado no dia seguinte, e a audiência seja marcada "com urgência". No requerimento, o parlamentar pede, ainda, a convocação do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, que também esteve no encontro com os estrangeiros.

Correia pretende que os três esclareçam "como eles

colocaram essas instituições, desviando a finalidade delas, para dar respaldo e suporte a esses questionamentos infundados do presidente Jair Bolsonaro". O deputado afirma que os ministros estão causando uma "instabilidade institucional". "Esses ministros têm de ir lá explicar o que aconteceu", afirmou. "Não é possível o silêncio da Câmara dos Deputados numa hora como essa. Até hoje, o presidente Arthur Lira (PP-AL) nada disse."

Wagner Rosário foi instado a colocar a estrutura da pasta na defesa da tese presidencial, no último dia 5. Na ocasião,

Bolsonaro fez uma reunião ministerial na qual só tratou da alegada fragilidade das urnas eletrônicas. Sete dias depois, Rosário cadastrou uma equipe de oito auditores para participar do processo na condição de órgão fiscalizador das eleições.

Enquanto a CGU entra na Corte Eleitoral, a estrutura da AGU é usada para respaldar juridicamente os ataques de Bolsonaro ao sistema. Em agosto do ano passado, o órgão enviou parecer ao STF em uma ação na qual a Rede pediu que a Corte cobrasse do presidente as supostas provas de fraude no pleito de 2018.

